

Proposta corajosa

Victor Gentilli

A proposta da Comissão de Estudos Constitucionais de extinção da obrigatoriedade do diploma para o exercício de profissões que não tragam risco à vida representa um passo corajoso no caminho da democratização da sociedade brasileira e um rompimento radical com a tradição corporativa que infelizmente tem marcado nossa sociedade.

A medida, por suas conseqüências, só faz por merecer aplausos e deve ser apoiada por todos aqueles que compreendem a importância de nos desvincularmos de uma vez por todas com uma prática cartorial que burocratiza nossas universidades e conserva odiosas reservas de mercado profissionais, verdadeiro caldo de cultura para um sindicalismo atrasado e conservador.

Todos, rigorosamente todos saem ganhando com a medida. A começar pelas universidades que, libertas do seu poder de outorgar autorizações de exercício profissional, se reencontrarão com seu verdadeiro papel de busca e repasse de conhecimentos para a sociedade. Os estudantes, não mais preocupados com o acesso à profissão e sim com sua melhor capacitação, se tornarão verdadeiros fiscais da qualidade de ensino. Hoje, o estudante quer o diploma e rejeita uma melhora de nível de ensino já que isso só lhe trará mais esforços. A Universidade, enfim, só tem a ganhar, livrando-se de sua atividade cartorial.

Não é preciso falar nas verdadeiras fábricas de diplomas em que se converteram boa parte das faculdades particulares neste País (algumas só funcionam aos fins de semana). Somente uma medida como esta seria capaz de, de forma eficaz, pôr um fim a esta prática.

Todos aqueles que se utilizam dos serviços destes profissionais, sejam empresas, órgãos públicos ou instituições de qualquer tipo, terão muito mais alternativas numa disputa de novo tipo, onde o que se coloca em jogo é a capacitação e a competência e não a existência de um diploma. Ora, toda a sociedade só tem a ganhar quando se premia a qualidade do profissional e valoriza-se o auto-didatismo. Hoje, ganha apenas aquele que tem a posse de um pergaminho capaz de oferecer ao seu portador privilégios garantidos por uma reserva de mercado.

Toda essa estrutura sindical, marcada pela burocracia, pelo cartorialismo, pelo clientelismo, pelo corporativismo recebe um verdadeiro sopro de vida com a medida, que representa um golpe fatal nas atividades que viciam a sua prática.

É possível se imaginar a polêmica que marcará o debate desta proposta, que terá o mérito de romper os conceitos de esquerda, direita e centro que marcam os nossos critérios de avaliação política. Setores sempre considerados progressistas mostrarão uma face conservadora ao defender, com unhas e dentes a manutenção da situação atual. Outros, muitas vezes vistos como conservadores, mostrarão um inédito perfil progressistas.

De qualquer modo, o debate suscitado pela questão mostrará fundamentalmente, o tamanho das dificuldades que a sociedade brasileira encontrará pela frente para atingir uma democracia plena.



Victor Gentilli
é o editor de
opinião de
A Tribuna